

UVV VITÓRIA – Faculdade de Vitória
CESAP – Centro de Estudos Avançados em Pós-Graduação e Pesquisa
Coordenação Pedagógica CESAP/RJ
Curso de Pós-Graduação em Gestão Educacional Integrada

JUREMA FRANCISCA FERREIRA DE SOUSA

REVISÃO DE LITERATURA
DA DISCIPLINA
AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E INSTITUCIONAL

RIO DE JANEIRO
2017

JUREMA FRANCISCA FERREIRA DE SOUSA

**REVISÃO DE LITERATURA
DA DISCIPLINA
AVALIAÇÃO EDUCACIONAL E INSTITUCIONAL**

Trabalho de Reposição para a Disciplina da Avaliação Educacional e Institucional apresentado à Faculdade de Vitória no Centro de Estudos Avançados e em Pós-Graduação e Pesquisa – CESAP, como requisito parcial para a conclusão do curso de Pós-Graduação em Gestão Educacional Integrada, orientado pela professora MSc Mariza Soares de Oliveira.

Rio de Janeiro

2017

INTRODUÇÃO.

Para realizar a revisão de literatura sobre a disciplina de Avaliação Educacional e Institucional, em primeiro lugar, apresenta-se nesta análise a Portaria nº 931, de 21 de março de 2005 que institui o Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb, além de se ater ao estudo da *Avaliação da Escola e na Escola* relacionado à Série de Conhecimentos nº 4 – Avaliação na Educação Básica (1990-1998).

Conhecer sobre o assunto, certamente, ampliará o olhar docente no que tange a se buscar novas vertentes que intencionem cooperar com o aperfeiçoamento da atuação da avaliação escolar.

Investigar o tema desta disciplina estabelecerá uma conexão entre a proposta dos artigos registrados e a expectativa que instiga a escola a esperar mudanças que orientem formas relevantes de se conduzir uma avaliação capaz de incentivar o discente a sentir prazer em ser avaliado e não o contrário.

Neste momento, deseja-se nesta revisão provocar os seguintes questionamentos: Qual o motivo que leva o alunado a rejeitar a avaliação educacional? Ademais, como é possível desmitificar a imagem fossilificada há décadas, sendo vista como agente de reprovação ou aprovação? O que é avaliar? O que é prova escrita?

Ante tais questionamentos, é relevante buscar na base legal e na proposta do texto sugerido acima, como fontes primevas para este trabalho, respostas que permitam gerar novas indagações, analogamente ligados a alguns artigos e livros derivados de educadores-pesquisadores que serão inseridos para o embasamento desta revisão de literatura.

Decerto, o tema em questão não pode se esgotar nas entrelinhas a seguir e nem afirmar verdades absolutas, já que a avaliação escolar tornou-se objeto de investigação, demonstrando que ainda há um percurso longo a se fazer na construção de uma Educação para todos.

Mesmo sabendo que, após a existência de um material aplicado ao desenvolvimento do processo da avaliação educacional e institucional, é preciso explorar-se mais alternativas que ampliem este debate, levando-se em consideração os recursos tecnológicos que instigam os pesquisadores a descortinarem

possibilidades que produzam novos conceitos acerca do tema e minimizem as dificuldades de se aplicar e de se realizar uma avaliação em sala de aula.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.

A Portaria nº 931, de 21 de março de 2005 que institui o Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb estabelece vertentes que conduzem a avaliação em duas direções distintas, mas que desembocam na busca de uma qualificação educacional e institucional; por outro lado, este órgão pertencente ao Ministério da Educação e Cultura – MEC produz avaliações que visam observar o desenvolvimento do rendimento escolar tanto educacional quanto institucional, a partir dos seguintes critérios: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc)¹.

Igualmente, há também um órgão conhecido por Inep:

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), cuja missão é promover estudos, pesquisas e avaliações sobre o Sistema Educacional Brasileiro com o objetivo de subsidiar a formulação e implementação de políticas públicas para a área educacional a partir de parâmetros de qualidade e equidade, bem como produzir informações claras e confiáveis aos gestores, pesquisadores, educadores e público em geral².

Estes órgãos trabalham para avaliar a capacidade do ensino aprendizagem no território nacional, para entender como tem sido o desenvolvimento nas unidades escolares, partindo do princípio que são as unidades escolares que podem promover uma educação formal de acordo com a necessidade de cada região brasileira e/ou de cada pessoa.

¹A Aneb é realizada por amostragem das Redes de Ensino, em cada unidade da Federação e tem foco nas gestões dos sistemas educacionais. Por manter as mesmas características, a Aneb recebe o nome do Saeb em suas divulgações. A Anresc é mais extensa e detalhada que a Aneb e tem foco em cada unidade escolar. Por seu caráter universal, recebe o nome de Prova Brasil em suas divulgações. A partir de 2013, haverá a Avaliação Nacional de Alfabetização – ANA. Esta nova avaliação, que deve ser aplicada anualmente a partir deste ano, terá caráter censitário e avaliará a qualidade, equidade e eficiência do ciclo de alfabetização das redes públicas.

Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/saeb>>. Acesso em 27/12/2016.

Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/pnaes/190-secretarias-112877938/setec-1749372213/18843-avaliacoes-da-aprendizagem>>. Acesso em 27/12/2016.

²Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/conheca-o-inep>>. Acesso em 27/12/2016.

De acordo com Cocco (2012, p. 01) “nas últimas décadas, provas como os vestibulares, Enem, Prova Brasil, Enceja também surgem como métodos de avaliação, sendo que as melhores notas são relacionadas aos melhores conhecimentos, remetendo à ideia de que avaliar é medir”³.

Da mesma forma, é preciso esclarecer que, mesmo se desejando avaliar os alunos pelo sistema Prova Brasil nas unidades escolares através de critérios estipulados, dentre outros, ainda há a necessidade de se pensar: Qual é o verdadeiro motivo para estas formas de avaliações? Por que a avaliação ainda é sentida como um agente punidor, ao invés de ser vista como parte do crescimento educacional dos alunos?

A Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) são avaliações para diagnóstico, (...), desenvolvidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC). Têm o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos. Nos testes aplicados na quarta e oitava séries (quinto e nono anos) do ensino fundamental, os estudantes respondem a itens (questões) de língua portuguesa, com foco em leitura, e matemática, com foco na resolução de problemas. No questionário socioeconômico, os estudantes fornecem informações sobre fatores de contexto que podem estar associados ao desempenho⁴.

Tomando-se por base este tipo de avaliação, pode-se mencionar que ainda que os educandos realizem estas avaliações em sala de aula, entre o tempo de sua realização e o preparo para a data de sua aplicação torna-se ainda inadequado, por ser um curto espaço de tempo, gerando um estresse entre o que se ensina em aula, com o tempo de aprendizado de cada aluno e as questões associadas ao que se poderia dizer de nivelamento de ensino aprendizagem.

Pensando sobre a função da Prova Brasil que é a de diagnosticar o conhecimento de cada educando, o docente precisa entender que este momento requer uma preparação cotidiana, para que na data prevista ocorra um desempenho eficaz no diagnóstico individual.

Se a docência não se preocupar em tentar, de certa forma, equalizar este aprendizado, tornar-se-á complicado obter um sucesso apropriado ao trabalho docente e ao desenvolvimento discente já que não são revelados ao corpo docente,

³COCCO, Eliane Maria. **AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: REGULAÇÃO E/OU MANCIPAÇÃO**. Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões, 2012.

⁴Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/prova-brasil> >

da unidade escolar, quais são as questões deste tipo de avaliação, sabendo-se apenas que a Língua Portuguesa Brasileira e a Matemática são aplicadas conforme os anos finais do Ensino Fundamental I e II de cada turma convocada para a aferição governamental.

Em nível nacional, ainda acontece o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM que “foi aplicado pela primeira vez em 1998 e tinha o objetivo de avaliar o desempenho dos estudantes, procurando melhorar a qualidade do ensino fundamental”⁵. A participação neste tipo de avaliação ocorria por vontade própria do candidato, sendo uma avaliação cuja função era a de “avaliar o domínio de competências pelos estudantes concluintes do ensino médio”⁶

Com o passar do tempo, o ENEM foi sendo modificado, passando a atuar de várias formas, como avaliação para alunos que encerravam a Educação Básica, vivenciando alguns critérios, tais como:

A nota do exame passou, em 2004, a ser critério de participação dos candidatos a bolsas de estudo do Programa Universidade para Todos (ProUni), lançado naquele ano. O Enem teve 1,5 milhão de inscritos. A maior mudança aconteceu em 2009, quando o Ministério da Educação criou o Sistema de Seleção Unificada (Sisu). Passou a ser adotada pelo Enem a teoria de resposta ao item. Além de estimar as dificuldades dos itens e a proficiência dos participantes, essa metodologia permite que os itens de diferentes edições do exame sejam posicionados em uma mesma escala. Foram registrados 4,1 milhões de inscritos naquele ano⁷.

Este exame caminha de forma crescente desde 2013 quando nota-se que “(...) os 7,1 milhões de participantes puderam usar a nota do Enem para concorrer a bolsas de estudos do programa Ciência sem Fronteiras”⁸. Diante deste aspecto, milhares de brasileiros sentiram que estavam vivenciando novas possibilidades de alcançarem sonhos que os levariam a um novo amanhecer acadêmico, onde os selecionados teriam direito ao intercâmbio de estagiar em outro país, além de abrir portas de entrada no Brasil para investidores da área de estágios.

Ademais, o Exame Nacional do Ensino Médio ampliou e revolucionou o acesso às Universidades Estaduais e Federais, sendo utilizado no programa do: Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro – Cecierj, pelo Consórcio do Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de

⁵Disponível em <<http://prontopassei.com.br/historia-do-enem>>

⁶Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=30781>>

⁷Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=30781>>

⁸Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=30781>>

Janeiro – Cederj que gerou impactos com algumas mudanças necessárias em sua aplicabilidade, vindo como ferramenta para oportunizar a substituição do vestibular, que era uma avaliação vista, pela classe trabalhadora como arbitrária e elitista, caso assim fosse desejado tal substituição.

Com base nas realidades revistas quanto à evasão nas avaliações do ENEM, foram tomadas certas providências no ano de 2015, com a intenção de evitar as desistências, nos próximos anos, sendo realizada uma nova proposta, com o seguinte modo:

(...) Diferente das edições anteriores, os candidatos isentos da taxa de inscrição que não comparecerem nos dois dias de provas perderão o direito à isenção no exame de 2016. O objetivo da mudança no critério é diminuir o índice de abstenções e evitar desperdício de recursos públicos⁹.

Numa tentativa de se manter os recursos financeiros, a avaliação do ENEM passa por algumas exigências, como no caso de suas questões tornarem-se mais exigentes quanto ao raciocínio lógico e na interpretação de textos. Em razão disto, é inviável deixar de se pensar que os educandos que encerram a Educação Básica nas unidades escolares públicas demandam um novo olhar docente, já que a maioria da clientela escolar ainda não compreende que a participação da vida educacional depende do prazer de estudar e não apenas da aquisição de um papel chamado diploma ou certificado de conclusão.

A fim de se trabalhar novas respostas sobre a avaliação, é que esta revisão de literatura pretende trazer algumas alternativas a partir de pesquisas já realizadas por educadores que se empenham em criar modelos para tentar modificar ou readaptar ou recriar novas formas de se avaliar as unidades escolares e os alunos, para que se desfaça a imagem negativa que, provavelmente, causa certas dificuldades aos que são submetidos aos exames bimestrais, semestrais ou anuais.

Barreto e Pinto (2001, p. 33) apresentam em suas pesquisas uma falha agregada à Educação quanto à atuação de se isolar os alunos avaliados com o desempenho insuficiente, registrando que:

O estudo mostrou que o estilo de desempenho predominante foi o mecanicista, não tendo sido observada uma relação consistente entre desempenho do aluno e estilo do professor. De modo geral, verificou-se que, em sala de aula, não se estimula a criatividade, a espontaneidade e o

⁹Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=30781>>

trabalho individual. Há uma tendência de se trabalhar com os mais fortes e esquecer os mais fracos, ao dividir a turma pelo nível de desempenho e não se diversificar o trabalho. A escola entende que o seu papel é receber uma “matéria-prima”, transformá-la e entregar o produto obtido. Em caso de falha, são evocadas sempre razões extrínsecas à instituição¹⁰ (...).

Ao se pensar numa avaliação cuja função gere a denominada insuficiência de um grupo a partir de uma seleção de questões que não se leve em conta formas inclusivas que se ajustem ao conhecimento de todos, certamente, aniquilará a oportunidade de se desenvolver outras áreas do intelecto humano, podendo causar danos emocionais, muitas vezes, irreparáveis.

Milhomem (2011, p. 03) expõe que:

A avaliação escolar é hoje um dos entraves da educação Brasileira. Muito se fala do processo avaliativo, no entanto dentro das unidades escolares pouco se tem melhorado e o que vemos são educadores que confundem avaliar com atribuir notas¹¹.

E, neste momento, é necessário se refletir qual o verdadeiro significado da avaliação, o que ocorre entre o aluno e a prova presencial por escrita; se realmente a prova escrita seria uma avaliação ou se é realmente possível avaliar o todo de um aluno, incluindo ou extraíndo informações que auxiliem o processo de desenvolvimento do ensino aprendizagem. Bem, ao se meditar sobre o significado da palavra avaliar, Luckesi (2008, p. 34) afirma que:

A atual prática da avaliação escolar estipulou como função do ato de avaliar a *classificação* e não o *diagnóstico*, como deveria ser constitutivamente. Ou seja, o julgamento de valor, que teria a função de possibilitar uma nova tomada de decisão sobre o objeto avaliado, passa a ter a função estática de classificar um objeto ou um ser humano histórico num padrão definitivamente determinado. Do ponto de vista da aprendizagem escolar, poderá ser definitivamente classificado como *inferior*, *médio* ou *superior*¹².

O autor questiona a função da avaliação brasileira, estabelecendo que se ela não atua devidamente, não pode produzir um trabalho eficiente à construção do conceito de cidadania.

¹⁰BARRETO, Elba Siqueira de Sá e PINTO, Regina Pahim. **Avaliação na Educação Básica (1990-1998)**. Brasília: Fundação Carlos Chagas – FCC, 2001, p. 33.

¹¹MILHOMEM, Fabiane Costa Moreira. **AValiação DA APRENDIZAGEM ESCOLAR**. Mariópolis – TO: Universidade Federal do Tocantins, 2011.

¹²LUCKESI, Cipriano Carlos. **AValiação DA APRENDIZAGEM ESCOLAR: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2008.

Sendo a avaliação uma ferramenta do campo educacional, sua atuação não se torna ideal quando sua função não está apropriada para colaborar com o desenvolvimento pessoal, infelizmente, por ser desgastante realizar a avaliação por escrito, algumas vezes tende a proporcionar dificuldades de relacionamento, de decisão em alguns aspectos, entre outros fatores.

A avaliação precisa estar voltada para conduzir o cérebro a se lembrar dos ensinamentos aprendidos durante as aulas, para que o raciocínio seja convidado a agir, entre outras formas de beneficiar o indivíduo e não para atormentá-lo conduzindo os educandos ao pânico na hora de responder as questões apresentadas.

Ante esta perspectiva é que as educadoras Sordi e Ludke (2009, p. 314) dizem que “avaliar os estudantes e o quanto aprenderam é atividade inerente ao trabalho docente constituindo parte da cultura escolar já incorporada pelos alunos e famílias”¹³. Em contraposição Milhome (2011, p. 03) diz que “(...) os professores consideram que a avaliação hoje é um dos grandes problemas (...)”¹⁴.

Sendo assim, só reforça-se o princípio de que a avaliação enquanto parte cultural da sociedade deve se ater a qualificar o aluno, ampliando sua visão para reverberar o que realmente apreendeu. Mediante tal pensamento é que Luckesi (2008, p. 05) conceitua que avaliar é:

(...) o ato de diagnosticar uma experiência, tendo em vista reorientá-la para produzir o melhor resultado possível; por isso, não é classificatória nem seletiva, ao contrário, é diagnóstica e inclusiva. O ato de examinar, por outro lado, é classificatório e seletivo e, por isso mesmo, excludente, já que não se destina à construção do melhor resultado possível; tem a ver, sim, com a classificação estática do que é examinado. O ato de avaliar tem seu foco na construção dos melhores resultados possíveis, enquanto o ato de examinar está centrado no julgamento de aprovação ou reprovação. Por suas características e modos de ser, são atos praticamente opostos; no entanto, professores e professoras, em sua prática escolar cotidiana, não fazem essa distinção e, deste modo, praticam exames como se estivessem praticando avaliação¹⁵.

¹³SORDI, Mara Regina Lemes de e LUDKE, Menga. **DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM À AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: APRENDIZAGENS NECESSÁRIAS**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 253-266, jul. 2009.

¹⁴MILHOMEM, Fabiane Costa Moreira. **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR**. Mariópolis – TO: Universidade Federal do Tocantins, 2011.

¹⁵LUCKESI, Cipriano Carlos. **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2008.

Se o autor diz que a avaliação não é uma forma de aprovar ou reprovar por ser diagnóstica e inclusiva, estaria a Prova Brasil no caminho certo quanto à função de sua aplicabilidade? E o ENEM estaria no lugar que lhe cabe, tendo apenas a função de exame?

Se fosse para pensar na função de cada passo destas duas vertentes, seria possível se conjecturar que enquanto a Prova Brasil intenciona incluir os educandos dentro da própria Educação Básica; o ENEM, por sua vez, talvez intentasse manter inconscientemente, estes mesmos alunos afastados do Ensino superior, uma vez que ele opera como qualificador ou não dos mesmos alunos, demonstrando que, apesar de parecer atuar contra a elitização, demonstra em sua prática que ainda não conseguiu quebrar tal paradigma?

Em virtude aos questionamentos apresentados na avaliação educacional e institucional percebe-se que a complexidade e a dificuldade de se realizar uma ação diagnóstica comprometida com a inclusão, levando-se em conta a equidade, estão muito além de seus próprios desejos, pois uma ideologia pode surgir cheia de princípios éticos humanistas, contudo a prática social ainda é fortemente elitizada, separando sempre a melhor parte educacional para quem pode sustentar sua família financeiramente, impedindo que a Educação siga um caminho livre para todas as classes sociais.

Ao se falar em avaliação como um todo, é interessante investigar sobre todas as atividades em sala de aula e fora de sala, a partir de uma constante observação, onde o docente aprecie o histórico de vida comportamental, tanto em sua capacidade de ler como na de escrever, sem que se anule a oralidade durante seu desempenho cotidiano, sua habilidade de interagir com o meio escolar, sua forma de agir em meio às situações complexas, ao se realizar pesquisas e até mesmo quanto ao seu desenvolvimento sociocultural.

Tendo em vista a necessidade de se pensar na avaliação como um conjunto de situações possíveis para o aperfeiçoamento intelectual do alunado é que Cocco (2012, p. 02) afirma que:

A avaliação desempenha um importante papel nas relações pedagógicas e pode ser um instrumento de controle, de regulação ou de emancipação, dependendo da forma como será planejada, aplicada e como os resultados

obtidos serão analisados e transformados em ações que possibilitem a aquisição de conhecimentos e exercício da democracia¹⁶.

A autora menciona que caso a avaliação não seja vista de uma maneira democrática, pode-se gerar ou continuar gerando a competitividade no sistema educacional, levando ao aprisionamento intelectual, por aumentar a desigualdade social e, neste sentido, a Educação perde sua identidade, após ser projetada para emancipar, evoluir e conduzir todas as pessoas para novas perspectivas de vida.

Quando falamos em elaborar uma avaliação é necessário ter claros os objetivos ou a finalidade a qual será aplicada. Se ela for para manter a ordem, o controle dos alunos, dos filhos, das instituições de ensino, dos professores, desempenhará um papel muito mais político do que pedagógico, pois não será um recurso pedagógico direcionado à reorganização das ações visando à aprendizagem¹⁷.

Ainda na visão de Cocco (2012, p. 03) “um professor que não avalia (...) a sua prática, no sentido indagativo e investigativo, torna sua docência uma verdade absoluta. Portanto, avaliação é um ato de reflexão para transformar ações”¹⁸. A autora também alerta que as avaliações tornam-se exames com valor punitivo, causando em quem é submetido a este processo o peso de ter que somar notas altas para ser considerado um excelente aprendiz, expondo a imagem desta pessoa de forma negativa diante das demais que frequentam a mesma sala de aula.

CONCLUSÃO.

Se estudar algo requer um tempo para se aprender, dependendo exatamente do esforço e cumplicidade de quem se propõe a estudar, o que se dizer, então da avaliação?

Ao se refletir no tempo em que se leva para concatenar o conhecimento, certamente, para se realizar uma avaliação é preciso que o cérebro do discente esteja habituado a indagar e responder.

¹⁶COCCO, Eliane Maria. **AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: REGULAÇÃO E/OU MANCIPAÇÃO**. Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões, 2012.

¹⁷COCCO, Eliane Maria. **AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: REGULAÇÃO E/OU MANCIPAÇÃO**. Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões, 2012.

¹⁸COCCO, Eliane Maria. **AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: REGULAÇÃO E/OU MANCIPAÇÃO**. Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões, 2012.

Na verdade, seria ideal se o aluno tivesse se apropriado do conteúdo aplicado em aula, levando-se em consideração de que o indivíduo é dotado de sentidos, vale ressaltar que é a praticidade quem auxilia no aprendizado pelo fato de se aplicar certa repetição em seus atos, tendo seus sentidos aguçados enquanto seu corpo e seu cérebro se completam para que a prática se torne autêntica.

Desta forma, em sala de aula, o aprendizado pode ser aplicado e conduzido como parte do cenário da vida do educando, caso a aula seja voltada para o ensino de Matemática, com a participação dos números ordinais, seria de grande valia que todo cenário em sala de aula fosse voltado para este tema e durante as outras aulas ocorresse a interdisciplinaridade, fazendo-o sentir, tocar, visionar e conversar sobre a teoria e prática.

Se um indivíduo se adapta a um local ou espaço, passa a fazer parte dele, tornado-se até íntimo, aprendendo como agir e como vivenciar novas experiências. Deste modo, a avaliação não deve ser objeto agendado no calendário para que o alunado se sinta seguro ou fique amedrontado quando o docente impor que as avaliações virão sobre o aluno com um carrasco bimestral, semestral ou anual.

Outro fator interessante numa avaliação é a proibição do aluno falar, se mover, olhar ao redor pelo fato da conhecida “cola” ser proibida, contudo o que não se percebe é que o desejo de olhar ou de ouvir o outro é uma de averiguar que o aluno não se sente seguro em responder sobre assuntos que não se apropriou.

Se dentro de sua própria casa o adulto não conseguir identificar os objetos ou não conseguir decifrar para que servem os cômodos ou terem locais inapropriados ao que se chama de lar, então esta pessoa não está no seu lugar de aconchego, tornando-se desconfortável viver naquele ambiente.

Assim é a avaliação, para que os alunos a realizem em todas as esferas é preciso que se apropriem de seus conteúdos a ponto de sentirem prazer em responder naturalmente, sem que se sintam a vontade de realizá-la inapropriadamente.

Logo se conclui que, ainda há uma lacuna entre a apropriação dos conteúdos e dos alunos, como também, é transformada em pontos desconhecidos a maioria das questões que envolvem as avaliações por escrito, por não se estabelecer o contato entre os sentidos do sujeito com os enunciados e decisões perfeitas das respostas.

REFERÊNCIAS.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá e PINTO, Regina Pahim. **Avaliação na Educação Básica (1990-1998)**. Brasília: Fundação Carlos Chagas – FCC, 2001.

COCCO, Eliane Maria. **AVALIAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR: REGULAÇÃO E/OU MANCIPAÇÃO**. Universidade Integrada do Alto Uruguai e das Missões, 2012.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR: estudos e proposições**. São Paulo: Cortez, 2008.

MILHOMEM, Fabiane Costa Moreira. **AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR**. Mariópolis – TO: Universidade Federal Do Tocantins, 2011.

SORDI, Mara Regina Lemes de e LUDKE, Menga. **DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM À AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: APRENDIZAGENS NECESSÁRIAS**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 2, p. 253-266, jul. 2009.